

**NUNO CRATO**  
**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

# 'Redução de professores é inevitável nos próximos anos'

David Dinis  
david.dinis@sol.pt

Margarida Davim  
margarida.davim@sol.pt

O ano lectivo arranca segunda-feira e mais de 40 mil docentes ficaram sem lugar nas escolas. O ministro assume que há poucas esperanças para quem quer seguir a profissão: «O número de alunos caiu 14%», explica. E revela como serão os exames do 4.º ano.

**O ministro das Finanças já lhe disse em quanto tem de reduzir o seu orçamento no próximo ano?**

Estamos ainda a discutir. Temos um tecto orçamental que já foi aprovado e é conhecido, mas é um assunto que está em discussão neste momento.

**Os pressupostos desse tecto mudaram. Os cortes nos subsídios, que baixavam a despesa, foram chumbados pelo TC...**

Estamos a meio do processo, tudo o que eu possa dizer é prematuro.

**Mas o esforço de redução é necessário...**

Por todos os ministérios.

**Na última semana, mais de cinco mil professores ficaram sem colocação. Houve quem falasse do maior despedimento colectivo da História. É uma consequência desse esforço de contenção?**

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) tem mais de 50% do total de funcionários da administração central. É um Ministério gigantesco e tudo o que se faça nele significa números muito grandes. Agora, é verdade que houve muitos candidatos a professores que não ficaram colocados. Muitos deles já tinham dado

aulas em momentos anteriores. Mas não se pode daí concluir que havia aquele número de professores...

**Mas há uma redução dos contratações em relação ao ano anterior.**

“

**Vamos vincular ao Estado docentes com vários anos de serviço em contratos**

**Não vai haver co-pagamentos na Educação básica e secundária à semelhança do que há na Saúde**

”

Este ano o sistema absorveu menos. Até ao momento. Mas nada que se pareça com aqueles números fantasiosos de que se falava, as dezenas de milhares. Chegou-se a uma etapa decisiva, mas ainda há uma série de colocações...

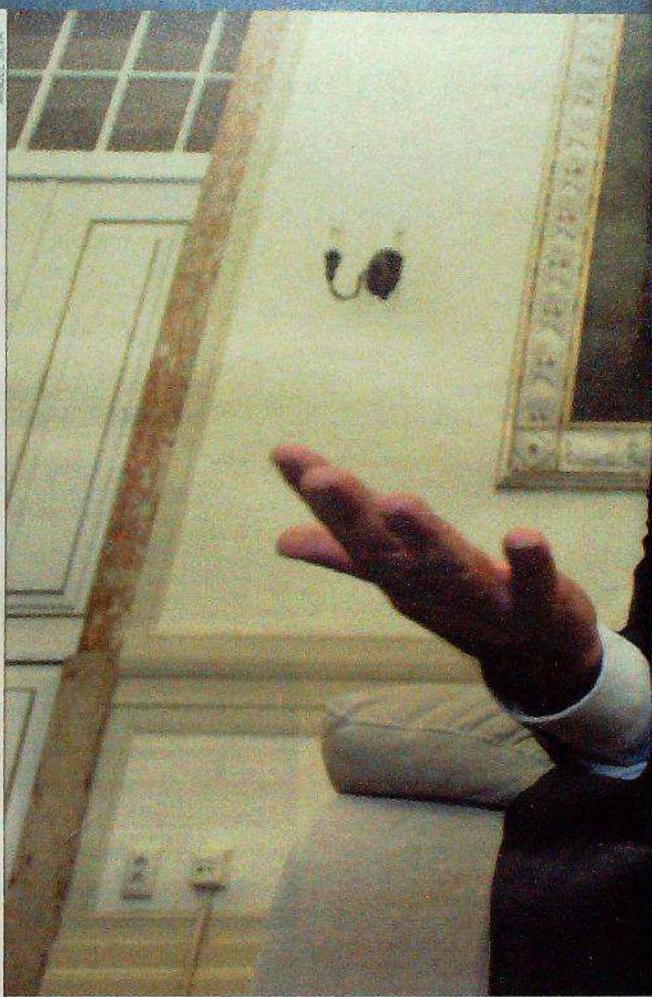
**Há 1.714 horários por preencher.**

Sim. E ainda as contratações das escolas para as necessidades transitórias que existam. Agora, se me está a perguntar se o que se está a passar é algo de inevitável, infelizmente é. Infelizmente porque é uma situação humanamente preocupante. Eu sou professor, sou de uma família de professores, todos percebemos os problemas humanos de muita gente.

**Qual é a explicação para o que se está a passar? A revisão curricular? O aumento do número de alunos por turma?**

O que se está a passar é o resultado de várias coisas que são mais fortes do que nós. A primeira delas é a redução da população escolar, em cerca de 200 mil alunos nos últimos anos (cerca de 14%). É uma diminuição brutal. O que temos sempre dito é que os professores do quadro são necessários e que além disso há algumas necessidades mais, mas nós faremos apenas as contratações estritamente necessárias. Nem o contribuinte português poderia entender uma coisa diferente.

**Muitos docentes estão a contrato há 10, 15, 20 anos, muitas vezes com**



**horários completos. E há o compromisso de vincular esses professores. Esse compromisso será mantido? E com que critérios?**

O sistema está a evoluir e nós não queríamos iniciar estudo nenhum sobre isso antes deste início de ano lectivo. Vamos agora fazer uma reavaliação do sistema. Onde se detectem casos de professores que correspondem a necessidades efectivas do sistema e não a necessidades transitórias, trabalharemos para uma vinculação extraordinária.

**Quanto tempo durará esse processo?**

Não quero fazer promessas. Mas ainda em Setembro começaremos a fazer esse trabalho.

**E os critérios estão definidos?**

São a antiguidade, as áreas em que são mais necessários e que correspondam a necessidades permanentes e as projecções que temos das necessidades das escolas.

**Qual será o destino de quem ficar de fora desse processo?**

Não terá uma vinculação extraordinária. Aquilo de que estamos a falar é: dos professores que acabaram de ser contratados, quais são aqueles em que nós, olhando para a sua situação, pelo facto de estarem há tanto tempo com contratos anuais e por serem necessários ao sistema, podemos fazer uma vinculação extraordinária.

**Isso permitirá que os contratados não tenham tanto peso entre os professores no activo?**

Não têm tanto peso quanto isso. Contando em termos de horários completos, são menos de 20%.

**Há alguma esperança de que as coisas possam mudar para quem não foi agora contratado?**

Há sempre esperanças, mas no futuro imediato vamos continuar a assistir a necessidades muito limitadas de contratação.



## 'Contestação de rua não vai acontecer'

Não lê blogues de Educação, mas garante que ouve directamente os professores. E não muda de ideias por causa de comentadores.

**Sendo ministro da educação básica e secundária, do ensino superior e da ciência, alguma das pastas às vezes fica para trás? Que dificuldades traz este super-ministério?**

Todas as áreas têm as suas dificuldades. Gerir um ministério como este significa multiplicar por três ou por quatro as dificuldades. Felizmente, tenho um grupo de secretários de Estado muito bom e que me acompanha nas diversas áreas. São pessoas todas elas dedicadíssimas ao trabalho.

**É essa a chave para gerir um super-ministério?**

Este ministério está junto naturalmente. É muito natural juntar o ensino superior e a ciência, por exemplo. Houve um tempo, no séc. XVII, em que ciência não era feita nas universidades, mas depois passou a ser feita nas universidades.

**O seu trabalho é mais fácil por não ter de discutir com outro colega de Governo para decidir?**  
Exactamente.

**É um académico que foi chamado para uma tarefa de governação. O que é que o surpreendeu mais na governação?**

Houve tantas coisas que me surpreenderam... Uma delas foram os preconceitos que existem ainda na sociedade portuguesa e em muitos comentadores políticos sobre tantas coisas.

**E não notava isso de fora?**

Talvez não fosse tão sensível a isso.

**Referiu preconceitos e reacção às propostas. Até que ponto teve de conformar as suas ideias com a dura realidade?**

Eu não conformo as ideias por causa dos comentadores. O que acontece é que temos de fazer as coisas passo a passo. Há uma série de dificuldades de adaptação

do sistema. E nós temos tido o cuidado de fazer as alterações legislativas com uma certa calma. Por vezes, as coisas são transformadas em títulos como 'Revolução na Educação' e depois vai-se a ver e não há revolução nenhuma na Educação.

**Está preparado para sofrer contestação de rua como a que teve Maria de Lurdes Rodrigues?**

Eu acho que não. Acho que não vai acontecer. Por uma razão: eu percebo que haja grandes problemas em alguns sectores, eu percebo a situação humana em que estão muitos professores contratados - eu percebo isso. Mas também creio que existe um entendimento por parte dos professores e por parte dos directores de que nós estamos a trabalhar para melhorar a Educação em Portugal. Portanto, tenho o maior respeito pelos nossos professores e pelos nossos directores. Estamos em contacto permanente. Oíço muito directores e oíço muito professores.

**Mas não lê os blogues onde eles fazem comentários ácidos à sua política?**

Não, não leio os blogues. Não tenho tempo e não considero que seja uma coisa muito importante. Prefiro ouvir as pessoas cara a cara. As pessoas descarregam as suas idiossincrasias das mais diversas maneiras. Não estou preocupado com isso, estou preocupado com o trabalho dos professores e dos directores.

**Quando sair deste Ministério, como quer ser recordado?**

Vamos pôr as coisas assim: como é que eu gostaria daqui a alguns anos de olhar para mim mesmo? Como alguém que pôs em prática algumas medidas que melhoraram a Educação no sentido real, de as pessoas saberem mais e de estarem mais preparadas para enfrentar a vida.

**Está a pensar nesta legislatura?**

Estou a pensar nesta legislatura e na próxima. A natalidade diminuiu, o número de estudantes diminuiu, daqui a quatro anos vai diminuir ainda mais. E nós temos um sistema que em muitos aspectos é muito pouco eficiente. É interessante olhar para as comparações internacionais, por exemplo para o rácio de número alunos por professor. Nós estamos ao nível dos países ricos, estamos mais do que ricos em relação a muitos países. Temos menos alunos por professor do que a Áustria.

**As adaptações que fez a esse nível têm sido muito criticadas por professores, que dizem ter 30 alunos por turma, tendo alunos com necessidades educativas especiais. O que lhes responde?**

O que nós fizemos foi apenas mexer no número máximo de alunos por turma, dos 28 para os 30. Em termos de países comparáveis ao nosso é um número perfeitamen-

te normal. Espanha aumentou para 36. E fixar o máximo para 30 não quer dizer que a média fique em 30. Nós tínhamos a média em 20, 21. Finalmente, quando há turmas com alunos com necessidades educativas especiais, o número baixa automaticamente.

**Disse-nos que os próximos tempos não mudarão esta situação. A crise não tem acentuado a pressão sobre o sector público? Ou seja, o sector privado tem perdido alunos para o público?**

Uma série de escolas tem perdido, não consigo dar-lhe uma grandeza da situação.

**E isso não agrava a pressão orçamental sobre a Educação?**

Pode agravar, mas aí não tenho ainda os números finais deste ano para lhe dizer.

**É difícil governar com a troika?**

Não é governar com a troika: é governar com as dificuldades fi-

nanceiras que temos. É muito mais difícil. Na realidade, o que existe são grandes limitações financeiras.

**O Sistema Público de Educação é sustentável?**

Tem de ser sustentável. E, portanto, vamos ter de racionalizar muito este sistema ao mesmo tempo que o melhoramos.

**É possível que haja introdução de co-pagamentos à semelhança do que existe na Saúde?**

Essa discussão está um pouco à frente da discussão geral. Eu diria que nós temos de saber melhorar a Educação e vamos conseguir, apesar de todas as limitações financeiras.

**Para já, não se põe a hipótese de pôr os pais a contribuir mais directamente para as despesas das escolas públicas?**

Não temos esse cenário em cima da mesa.

**NUNO CRATO**

# 'Há preconceitos intelectuais na Educação'

**O que responde a quem vê motivos economicistas nas suas políticas?**

A nossa política é uma política para o essencial. O que é essencial é o conhecimento e nós estamos a trabalhar em várias frentes nesse sentido. Independentemente da crise orçamental. Primeiro aspecto: nós percebemos que há uma série de dificuldades básicas no Português e na Matemática. Em vez de nos dispersarmos mais – nós éramos até há pouco tempo os campeões da dispersão curricular –, chegámos à conclusão de que era necessário concentrar a aprendizagem nestas disciplinas fundamentais. Depois verificámos também que era necessário acompanhar o sistema e introduzimos progressivamente mais avaliações externas. Este ano, tivemos o 6.º ano, correu bem. Agora vamos introduzir no 4.º ano de escolaridade. Estamos a introduzir medidas para reforçar o conhecimento.

**Não é por o país estar mais pobre que a Educação empobrece?**

Isto não tem que ver com o país estar mais pobre, tem que ver com a necessidade de melhorar a Educação. Durante muitos anos pensámos que resolver os problemas na Educação era pôr mais recursos no sistema, dar mais dinheiro, dar mais professores, dar melhores salas de aula. Também é dar mais recursos, com critérios. Mas, sobretudo, é dar objectivos mais claros. Temos de rever e dar mais ambição a currículos que existem.

**Isso quer dizer o quê?**

Ter objectivos curriculares mais exigentes. Os alunos têm de saber mais. Não é por simplificar as coisas que os resultados melhoram ou os alunos se motivam. Temos

verificado que simplificação atrás de simplificação, cedência atrás de cedência, não traz objectivos ambiciosos e nós temos de os ter. Estamos, portanto, a trabalhar no que se refere às metas curriculares, que concretizam ano a ano as matérias que achamos que os alunos devem saber. Isto é fundamental para os professores, pais, alunos e também para os avaliadores. E até para quem faz os manuais escolares.

“

**Está previsto concluirmos pouco mais de 50% do projecto inicial da Parque Escolar**

”

**Estava a falar-nos do 4.º ano e das avaliações externas. Houve quase uma caricatura do regresso ao velho exame da 4.ª classe, à ideia de que os maus alunos podem ser encaminhados para um sistema profissional...**

**Ou seja, complexos intelectuais de politicamente correcto.**

**A ideia de que vamos voltar a uma escola de discriminação social.**

Mas deixe-me começar pelo 4.º ano. O que a psicopedagogia moderna defende e o que os países pelo mundo começam, pouco a pouco, a perceber é que a avaliação externa é fundamental para dar incentivos aos alunos e exigência a todo o sistema. O que estamos a fazer no 4.º ano é paradigmático e é algo que queremos estender depois ao 6.º ano. Vamos fazer a prova final a Português e Matemática no princípio do terceiro período. Antes disso, os professores devem ter indicado quais são os alunos que podem ter dificuldades em completar de forma bem sucedida o 4.º ano, que vão



começar a ter logo apoio especial. Mas é natural que alguma percentagem dos alunos não consiga ter sucesso nas provas nacionais. O que vamos fazer é dar mais tempo de escola para que esses alunos possam rever as matérias, concentrar-se nos aspectos essenciais e possa ser feita, no fim disso, uma reavaliação do estado em que esses alunos estão.

**E como?**

Através de uma outra prova.

**E esse modelo será estendido ao sexto ano?**

Sim, não já neste ano lectivo, mas no próximo.

**Ainda não respondeu ao rótulo de 'um Ministério que regressou ao modelo do salazarismo'.**

Este Ministério está a olhar para o século XXI. Houve uma ilusão no século XX de que as ideias do século XIX sobre a Educação funcionavam – de não haver avaliação dos estudantes, de não se ser exigente. O século XXI aparece com muito maior conhecimento sobre Educação, da importância da autonomia das escolas, da avaliação, do reforço das matérias fundamentais, de metas curriculares. É um salto para o futuro.

**Ficou a ideia, acerca das mudanças no ensino profissional, de que seriam os alunos com insucesso académico aqueles que seriam orientados para áreas profissionais.**

Estamos a falar de coisas bastante diferentes e convém separá-las. Uma coisa são os chamados ensino regular e ensino profissional. São duas vias que aparecem no ensino secundário, com jovens de 15, 16 anos de idade. Há ainda uma questão essencial: ninguém é obrigado a escolher nenhuma destas vias. Houve quem dissesse que eu queria empurrar os alunos para o ensino profissional, o que não é verdade. Queremos dar-lhes a maior liberdade, abrir-lhes as escolhas.

**Que tipo de escolhas?**

Muito variadas. Costuma-se falar de marceneiros e de canalizadores, que são profissões dignas e necessárias, mas há muitas outras. Profissões artísticas, informática, hotelaria, até mesmo algumas funções de relações públicas ou de comunicação social.

**E as vagas serão de acordo com as necessidades do mercado?**

Terão em vista as necessidades do mercado de trabalho, sobretudo ao nível local e regional.





**Os alunos que optem essa via profissional continuarão a poder ter acesso à universidade?**  
Sim.

**O que propõe não se próxima mais das escolas comerciais e industriais que existiam no Estado Novo?**  
Não necessariamente, embora elas tivessem uma série de vantagens e de coisas que funcionavam bem. Há aqui um preconceito de alguns intelectuais, que é o de que o ensino profissional está associado a uma coisa menor. Não é e deve ser valorizado.

**E a proposta de criar em algumas escolas cursos mais práticos para alunos com insucesso escolar abaixo do 9.º ano - como vai funcionar?**  
É outro assunto. O ensino vocacional é um projecto-piloto que vai ser visto com muito cuidado. É uma oferta aos alunos que, ainda não chegados ao ensino secundário, verifiquem que estão mais vocacionados para um ensino mais prático. Desde que os pais e a escola assim o indiquem. Esse caminho aproxima-se um pouco do ensino profissional porque dá aos jovens o contacto com algumas profissões. Temos a certeza que pode ser muito útil a certos jovens naquela fase da sua vida.

**Não voltamos ao que chama de preconceito intelectual?**  
Mas esse preconceito não é dos portugueses.

**Esses jovens não serão olhados de maneira diferente?**  
Não quero que ninguém seja olhado de maneira diferente. Nós queremos é que todos eles tenham sempre a possibilidade de progredir e de regressar à via regular, se quiserem.

**Há dinheiro para concluir o programa da Parque Escolar?**

Vai haver capacidade financeira para concluir o essencial do programa da Parque Escolar. E mesmo isso com dificuldades.

**E o que é que isso significa?**

Prosseguir o programa ao nível do que se passava anteriormente está completamente fora de hipótese.

**Que percentagem do programa será completada?**

Neste momento está previsto concluirmos cerca de 90% das 205 escolas indicadas no relatório de contas de 2009. Ou seja, pouco mais de 50% do plano inicial de 332 escolas. Ainda não sabemos se será possível fazermos mais.

# 'O Ensino Superior tem de ser mais exigente'

Rever a aplicação das regras de Bolonha é uma prioridade do ministro, que fala de facilitismo no ensino superior. Promete mais exigência e autonomia.

**Que perspectivas tem para o programa Novas Oportunidades?**

Chegámos à conclusão de que a certificação pela certificação tem resultados muito diminutos. Quando a certificação está associada a qualificação, esses resultados são alguns no que se refere à empregabilidade e à melhoria das condições de trabalho. Por isso, queremos reorientar o programa para que a parte de simples certificação seja residual.

**Mas como é que se limita isso?**

Com o enfoque que é dado. Tem de passar a ser o da formação.

**É impossível falar de transformar experiência num diploma sem pensar no caso da licenciatura de Miguel Relvas. Sente algum constrangimento ao falar dessas questões?**

Não me causa constrangimento nenhum. O problema da certificação é um problema que tem de ser enfrentado no ensino secundário, no básico e nas universidades também. Vamos ter de avaliar a legislação sobre Bolonha, que não pôs limites nenhuns às universidades. Está na altura de fazer uma reavaliação a uma série de coisas no ensino superior, porque passaram os cinco anos do actual RJIIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior).

**Vai impor um limite máximo de créditos atribuídos por equivalência?**

Não disse isso. Vamos fazer uma série de alterações. E vamos fazer também alterações na legislação que trata da certificação. Há uma série de questões na legislação que saiu de Bolonha que eu critiquei desde que saiu. Porque Bolonha não só tem essa certificação de competências, sem quaisquer limites, como dilui muito aquilo que é a função do superior e fala muito no ensino superior em termos de competências gerais e muito menos em termos de conhecimentos e capacidades.

**Facilitou em excesso o superior?**

A legislação de Bolonha abriu vá-

rias brechas, que nós agora vamos ter de resolver.

**Pode dar exemplos concretos do que quer mudar em Bolonha?**

Gostaria que fosse mais clarificada a forma como os alunos progredem ao longo dos anos. O que é que significa concluir uma disciplina, por exemplo. Gostaria que fosse mais clarificado como é que é feito o regime de certificações. Uma série de coisas.

**Mais exigente?**

Mais exigente, sim.

**Em que ponto está a auditoria ao caso da Lusófona?**

A auditoria está a ser feita.

“

**Caso da licenciatura de Miguel Relvas não me causa constrangimento nenhum**

”

**E o prazo limite era Setembro...**

Nós não queremos apressar as coisas. Na altura, eu falei com o senhor Inspector-Geral, que me disse que por volta do fim do Verão era natural que tivesse conclusões.

**Que consequências podem advir dessa auditoria?**

Não quero especular sobre as consequências. Quando vierem os resultados, olharemos para eles.

**O ensino superior está emagrecido já ao limite?**

De facto as instituições sofreram bastante ao longo deste tempo. Nos últimos anos, temos mitigado as reduções orçamentais. Este ano foi de 2,8%. É muito pouco comparado com o que se passa no país e com as dificuldades que temos.

**Vai acabar com as universidades fundação?**

Vai ser alterado o nome, porque de facto não são fundações. Vamos separar as coisas, sobretudo num momento como este, em que o Governo está a fazer um grande esforço para moralizar as fundações.

**Mas vão ser feitas alterações...**

Esta é uma experiência que tem de ser analisada, que no essencial tem sido muito positiva. Queremos reforçar a autonomia universitária. E, portanto, é nesse ponto que estamos a trabalhar com as universidades.

**mantovani**  
Cozinha e Banho



[www.mantovani.pt](http://www.mantovani.pt)